



José Gabriel Avila*

OUVIR A VOZ DO POVO

para governar bem

“No debate que precede a discussão e aprovação do Plano e do Orçamento para 2025, o Governo e os eleitos deviam ser confrontados com as falhas e razões impeditivas dos incumprimentos do programa do ano anterior e, com transparência, verdade e simplicidade, assumir os erros, as limitações e os insucessos.”

“Não há maior risco para a democracia do que a sua impopularidade”¹

1. Quem assistiu esta semana pela TV aos relatos dos trabalhos parlamentares deve, como eu, ter ficado baralhado com a imensidade de ações programadas para o próximo ano, acompanhadas das respetivas dotações orçamentais: milhões para isto, milhões para aquilo, como se víssemos de cofre cheio, sem dívidas a fornecedores e à banca. Mas não é assim.

Os sectores público e empresarial regionais tem défices excessivos e nem as vendas de empresas e serviços públicos anunciadas por Duarte Freitas, como se da solução milagrosa se tratasse, aliviam as finanças públicas regionais.

A Autonomia vive numa encruzilhada de dimensões imprevisíveis que não se julgava coexistir com a instabilidade e a incerteza que vai por esse mundo.

O ambiente crispado entre as bancadas do governo, da maioria e dos partidos da oposição são um exemplo negativo do que deviam a discussão política e a perspetiva do bem-comum demonstrar no Parlamento Açoriano.

As intervenções arrogantes e por vezes dirigidas aos adversários, as persistentes quezílias, os maus humores e o ferrenho espírito clubístico, a falta de preparação técnica, de competências e de sensatez dão uma imagem negativa do primeiro órgão autónomo, geram a impopularidade e põem em risco a democracia, como bem afirmam Martins e Lopes (2024:380).

No debate que precede a discussão e aprovação do Plano e do Orçamento para 2025, o Governo e os eleitos deviam ser confrontados com as falhas e razões impeditivas dos incumprimentos do programa do ano anterior e, com transparência, verdade e simplicidade, assumir os erros, as limitações e os insucessos. Seria essa virtude dos governantes que convenceria o povo da capacidade para exercer o poder.

A imagem que passa para a opinião pública é que os agentes políticos - todos eles! - são donos da verdade e nunca erram.

Nem mesmo quando órgãos representativos do povo de cada uma das ilhas os advertem de problemas antigos de solução urgente, fazem ouvidos de mercador e só decidem quando e o que bem entendem.

2. Há dias o Conselho da Ilha Terceira contestou a Secretária da Mobilidade e Obras Públicas pelo atraso na abertura da estrada Regional entre Raminho e Serreta obstruída desde janeiro pela crise sísmica.

As razões de segurança invocadas por Berta Cabral para a continuação do encerramento da via não convenceram os representantes daquele órgão, alegando tratar-se de uma via única, importante para a protecção e segurança das populações daquela zona, em caso de catástrofe. O argumento foi subestimado pela Governante que, ao contrário das afirmações já produzidas, repetiu os mesmos argumentos para “esconder”, incompreensivelmente, a incapacidade do seu departamento na execução e tão urgente obra.

A legitimidade democrática tão abusivamente apregoada só tem aceitação popular quando o exercício do poder é competente e responde às necessidades básicas das populações.

Dessas reivindicações são porta-vozes os conselhos de ilha, embora se pronunciem normalmente sobre o Plano e Orçamento e também para elaborar memorandos que são discutidos nas visitas estatutárias anuais do Governo.

Há dias o Conselho da Ilha do Pico reiterou problemas antigos nos

domínios da Saúde, reclamando consultas de especialidade sobretudo em pediatria e uma nova estruturação hospitalar Faial-Pico. Além disso reclamou mais voos inter-ilhas e com o continente no Aeroporto do Pico, respondendo ao crescimento da procura.

Berta Cabral, em resposta, anunciou mais um estudo, a juntar aos outros que mandou fazer não se sabe bem porquê. Entretanto adiantou que haverá um aumento de voos não só no Pico mas nos aeroportos da Horta e das Lajes. Não se entende por que não houve respostas atempadas da tutela e da transportadora regional às necessidades dos picoenses. Será que a tutela não entendeu ainda a importância vital das comunicações para as ilhas mais pequenas, cujo declínio demográfico e envelhecimento populacional tem aqui uma das suas razões?... Quanto maior o isolamento, mais a população jovem tende a sair, levando consigo os familiares que mais carecem de um Serviços de Saúde geral e gratuito que promova o bem-estar e cuide satisfatoriamente das suas maleitas.

“Um Estado que não garante à população o acesso à saúde, à educação, a protecção na velhice ou na doença (...) comporta riscos tão grandes que não garante condições mínimas de liberdade à generalidade da população, tornando a democracia inviável” (Martins e Lopes, 2024:372).

Este é também um dos motivos por que os Açores têm a maior taxa de pobreza do país. Importa, pois, reverter esta situação quanto antes.



¹MARTINS, Catarina e LOPES, João Teixeira – “PORTUGAL ESQUECIDO – RETRATOS DE UM PAÍS DESIGUAL”, Bertrand Editora, 2024